



Artigo 34

Idiomas

Esta Convenção está redigida em um só exemplar original nos idiomas árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, sendo cada texto igualmente autêntico.

EM FÉ DO QUE os abaixo-assinados, sendo devidamente autorizados por seus respectivos

Governos para este fim, assinaram esta Convenção.

FEITO EM LONDRES aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e oitenta e nove.

* Assinaturas omitidas.

ANEXO 1

Entendimento Geral com relação aos Artigos 13 e 14 da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, 1989

Constitui entendimento geral da Conferência que, ao fixar uma recompensa nos termos do artigo 13 e ao estabelecer uma compensação especial prevista no artigo 14 da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, 1989, o tribunal com jurisdição sobre o caso não se encontre obrigado a fixar uma recompensa limitada ao valor máximo do navio salvo e outros bens, nos termos do artigo 13, antes de fixar a compensação especial a ser paga nos termos do artigo 14.

ANEXO 2

Resolução solicitando a alteração das Regras de York-Antuérpia, 1974

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE SALVAMENTO MARÍTIMO, 1989, TENDO ADOTADO a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, 1989,

CONSIDERANDO que não pretende-se que os pagamentos realizados de acordo com o Artigo 14 sejam pagos pela média geral,

SOLICITA ao Secretário-Geral da Organização Marítima Mundial que tome as medidas cabíveis para assegurar que seja aprovada com rapidez uma emenda às Regras de York-Antuérpia 1974, para assegurar que a compensação especial paga de acordo com o Artigo 14 não esteja sujeita à média geral

ANEXO 3

Resolução sobre a cooperação internacional para a implementação da

Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, 1989

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE SALVAMENTO MARÍTIMO, 1989,

AO ADOTAR a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, 1989 (doravante mencionada como "A Convenção"),

CONSIDERANDO DESEJÁVEL que o maior número possível de Estados torne-se Parte da Convenção,

RECONHECENDO que a entrada em vigor da Convenção representará um importante fator adicional para a proteção do meio ambiente marinho,

CONSIDERANDO que a divulgação internacional e a ampla implementação da Convenção é da máxima importância para a consecução dos seus propósitos,

IRECOMENDA:

(a) que a Organização promova o conhecimento público da Convenção através da realização de seminários, cursos ou simpósios;

(b) que as instituições de instrução criadas sob os auspícios da Organização incluam o estudo da Convenção em seus cursos de estudos correspondentes.

IISOLICITA:

(a) que os Estados Membros transmitam à Organização o texto das leis, ordens, decretos, regulamentos e outros instrumentos que eles promulguem com relação às diversas questões que estejam dentro do âmbito de aplicação da Convenção;

(b) que os Estados Membros, após consultar a Organização, promovam o fornecimento de ajuda àqueles Estados que solicitarem assistência técnica para a elaboração de leis ordens, decretos, regulamentos e outros instrumentos necessários à implementação da Convenção; e

(c) que a Organização notifique os Estados Membros sobre qualquer comunicação que possa vir a receber de acordo com o Parágrafo II (a).

DECRETO Nº 8.815, DE 18 DE JULHO DE 2016

Altera o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre competências do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1ª O Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11.

IV - os demais Vogais e suplentes, nos casos em que o Plenário for constituído por número superior a onze, por livre escolha, nos Estados, de seus Governadores e, no Distrito Federal, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

....." (NR)

"Art. 12.

II - pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, os Vogais e seus suplentes referidos no inciso II do caput do art. 11, e, no Distrito Federal, os mencionados nos incisos I, III e IV do caput do art. 11.

....." (NR)

"Art. 64.

III - recurso ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República." (NR)

"Art. 69. Das decisões do Plenário cabe recurso ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, como última instância administrativa.

§ 3º No prazo de três dias úteis, o Presidente deverá manifestar-se quanto ao recebimento do recurso e o encaminhará, quando necessário, ao Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI que, no prazo de dez dias úteis, deverá manifestar-se e o submeterá à decisão final do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 4º Os pedidos de diligência, após o encaminhamento do processo ao DREI, suspenderão os prazos previstos no § 3º.

....." (NR)

Art. 2ª Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 2016

Define a área do Porto Organizado de Santana, no Estado do Amapá.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º A área do Porto Organizado de Santana, localizado no Município de Santana, Estado do Amapá, é definida pelos polígonos cujos vértices têm as coordenadas georreferenciadas discriminadas nos Anexos I, II e III, referenciadas no sistema SIRGAS 2000.

§ 1º A área do Porto Organizado compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto, bem público construído e aparelhado para atender as necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e cujas operações portuárias estejam sob jurisdição da autoridade portuária.

§ 2º Os imóveis sob a gestão da autoridade portuária contidos na área do Porto Organizado são inalienáveis e não se sujeitam a usucapião, na forma dos art. 100 e art. 102 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e impenhoráveis, na forma do art. 833, caput, inciso I, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 2º A autoridade portuária do Porto Organizado de Santana deverá disponibilizar ao público, em seu endereço eletrônico, planta do polígono referido no art. 1º, que terá identificados os limites da área do porto e de suas vizinhanças.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Maurício Quintella

ANEXO I

Área principal, canal de acesso e área de fundeio 3

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
MCP-01	-0,061371º	-51,161660º
MCP-02	-0,057910º	-51,161939º
MCP-03	-0,057814º	-51,166465º
MCP-04	-0,054475º	-51,166460º
MCP-05	-0,054444º	-51,166845º
MCP-06	-0,054379º	-51,167651º
MCP-07	-0,060222º	-51,168068º
MCP-08	-0,060286º	-51,168629º
MCP-09	-0,060545º	-51,169134º
MCP-10	-0,061355º	-51,169706º
MCP-11	-0,060110º	-51,173385º
MCP-12	-0,058616º	-51,186740º
MCP-13	-0,056821º	-51,200758º
MCP-14	-0,058065º	-51,201938º
MCP-15	-0,060046º	-51,200568º
MCP-16	-0,064306º	-51,201959º
MCP-17	-0,064095º	-51,197574º
MCP-18	-0,061206º	-51,197827º
MCP-19	-0,060300º	-51,196330º
MCP-20	-0,061313º	-51,186740º
MCP-21	-0,062807º	-51,173385º
MCP-22	-0,065593º	-51,164772º
MCP-23	-0,065593º	-51,159788º
MCP-24	-0,060727º	-51,148791º
MCP-25	-0,059374º	-51,143611º
MCP-26	-0,063994º	-51,132985º
MCP-27	-0,070229º	-51,132247º
MCP-28	-0,071667º	-51,115000º
MCP-29	-0,061667º	-51,096667º
MCP-30	-0,058333º	-51,096667º
MCP-31	-0,058333º	-51,120000º
MCP-32	-0,055871º	-51,130360º
MCP-33	-0,056855º	-51,143980º
MCP-34	-0,058030º	-51,148791º
MCP-35	-0,063176º	-51,159787º
MCP-36	-0,063195º	-51,161628º
MCP-37	-0,061492º	-51,161658º

ANEXO II

Área de fundeio 1

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
MCP-38	0,077500º	-50,967667º
MCP-39	0,077500º	-50,935833º
MCP-40	0,110000º	-50,918333º
MCP-41	0,110000º	-50,955000º

ANEXO III

Área de fundeio 2

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
MCP-42	-0,031667º	-51,014167º
MCP-43	-0,031667º	-50,978333º
MCP-44	0,000000º	-50,964167º
MCP-45	0,000000º	-50,977167º
MCP-46	0,035000º	-50,968333º
MCP-47	0,035000º	-50,991667º

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 2016

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, JOZEF SMETS, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Bélgica.

Brasília, 18 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
José Serra